ISSN: 2358-8829

POLÍTICA PÚBLICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA: O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO DE CONDE-PB

Diego Júnio de Lima Alves [1]

INTRODUÇÃO

A assistência social brasileira consolidou-se como política pública de direito a partir da Constituição Federal de 1988, ao integrar o sistema de seguridade social e afirmar a responsabilidade estatal na garantia da proteção social. Essa transformação representou uma ruptura paradigmática com práticas historicamente marcadas pela filantropia, pelo favor e pela lógica assistencialista. A partir desse marco constitucional, a assistência deixa de ser entendida como ação eventual e passa a configurar-se como política estruturada, permanente e orientada pela universalização de direitos sociais, reafirmando sua natureza pública e seu compromisso com a garantia da cidadania.

A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fundamentado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), consolidou diretrizes organizativas como descentralização político-administrativa, territorialização das ações, matricialidade sociofamiliar e participação social. Esse modelo instituiu parâmetros técnicos e normativos para a oferta de serviços continuados, redefinindo responsabilidades entre os entes federativos e fortalecendo a dimensão pública da política. A territorialização, nesse contexto, não se limita à delimitação geográfica, mas constitui estratégia de reconhecimento das múltiplas expressões da vulnerabilidade social, que se manifestam de forma diferenciada nos diversos contextos locais das populações.

Ao considerar que a vulnerabilidade ultrapassa a insuficiência de renda e envolve a fragilização de vínculos familiares e comunitários, a Proteção Social Básica assume papel preventivo e estruturante na organização da política socioassistencial. Desenvolvida prioritariamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), essa proteção

[1] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, diego.junio@academico.ufpb.br

ISSN: 2358-8829

tem no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) seu principal eixo de organização do trabalho social com as famílias, articulando os demais serviços socioassistenciais, entre eles o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), objeto deste estudo. Enquanto o PAIF desenvolve o acompanhamento continuado das famílias, fortalecendo sua função protetiva e promovendo o acesso a direitos, o SCFV complementa esse trabalho por meio de ações coletivas voltadas à convivência, à participação social e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Essa organização evidencia a centralidade da prevenção na política de assistência social e reforça a integração entre os diferentes serviços ofertados no âmbito da Proteção Social Básica.

Tal perspectiva dialoga com a análise de Robert Castel (1998), para quem a vulnerabilidade social não se reduz à insuficiência de renda, mas resulta do enfraquecimento progressivo das redes de proteção constituídas pelo trabalho, pela família e pela comunidade. Segundo o autor, a exclusão social configura-se como um processo de desfiliação, caracterizado pela perda de vínculos sociais e pela fragilização das formas de pertencimento que asseguram aos indivíduos condições de participação na vida coletiva. Nessa perspectiva, a atuação preventiva da Política de Assistência Social busca interromper esse processo antes que ele se converta em situações mais graves de desproteção e violação de direitos, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, ampliando o acesso às políticas públicas e promovendo redes de apoio capazes de reduzir os efeitos das desigualdades sociais.

Além disso, ao promover espaços coletivos de convivência, participação e construção de experiências compartilhadas, a Proteção Social Básica contribui para a ampliação da cidadania em sua dimensão substantiva. Conforme argumenta Marilena Chauí (2000), a cidadania não se limita ao reconhecimento jurídico de direitos, mas pressupõe a possibilidade concreta de participação dos sujeitos na vida social, política e cultural. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades, a efetivação da cidadania depende da criação de condições que permitam aos indivíduos reconhecer-se como sujeitos de direitos e participar ativamente dos processos coletivos. Sob essa perspectiva, a assistência social ultrapassa a função de provisão de benefícios e serviços, constituindo-se como política pública de democratização das relações sociais, de fortalecimento da participação cidadã e de promoção da inclusão social por meio da construção de vínculos,

do reconhecimento das diferenças e da valorização das potencialidades presentes nos territórios.

A dimensão socioeducativa presente nas ações da Proteção Social Básica aproxima-se também da perspectiva de Paulo Freire (1996), para quem os processos formativos se constroem na interação dialógica entre sujeitos mediados pela realidade. A convivência, portanto, não se reduz à atividade recreativa, mas configura-se como prática formativa que possibilita reflexão crítica, fortalecimento da autonomia e construção de projetos de vida individuais e coletivos. Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos constituem espaços de aprendizagem, participação e produção de sentidos, favorecendo o protagonismo dos usuários e o fortalecimento das relações comunitárias.

Ademais, ao atuar na dimensão simbólica das relações sociais, essa política contribui para enfrentar desigualdades que, conforme Pierre Bourdieu (1998), não se restringem ao capital econômico, mas abrangem capitais culturais, sociais e simbólicos que estruturam posições sociais. Ao promover reconhecimento, pertencimento e participação, a assistência social intervém, ainda que de forma gradual, na ampliação desses capitais e na construção de oportunidades de inclusão social.

Dessa forma, este artigo analisa a Política Pública de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica, com ênfase no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir da experiência desenvolvida no município de Conde-PB. Articulando referencial das ciências sociais e da educação à observação da prática profissional, busca compreender como essa política pública se materializa no cotidiano institucional, quais limites estruturais e financeiros se impõem à oferta dos serviços continuados e quais impactos são produzidos na vida dos usuários e na dinâmica comunitária. Ao integrar reflexão teórica e prática empírica, pretende evidenciar que, embora frequentemente percebidas sob uma lógica predominantemente orçamentária, as ações da Proteção Social Básica produzem efeitos que ultrapassam indicadores quantitativos imediatos, expressando-se no fortalecimento das redes de pertencimento, na ampliação da participação social, na prevenção da exclusão e na dimensão relacional e formativa da vida social.

METODOLOGIA

ISSN: 2358-8829

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida a partir da articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e observação da realidade vivenciada no âmbito da Política de Assistência Social no município de Conde-PB. A escolha dessa abordagem está relacionada à necessidade de compreender os significados, relações e processos sociais que atravessam a execução da Proteção Social Básica e, particularmente, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), considerando que seus resultados não podem ser apreendidos exclusivamente por indicadores quantitativos. Nesse sentido, a perspectiva metodológica adotada aproxima-se da compreensão interdisciplinar proposta por Fazenda (2010), para quem a pesquisa educacional pode ser compreendida a partir do diálogo entre diferentes perspectivas e campos do conhecimento, superando abordagens fragmentadas da realidade.

A perspectiva interdisciplinar mostra-se pertinente ao objeto deste estudo por possibilitar a aproximação entre conhecimentos das áreas da educação, assistência social e ciências sociais, relacionando os fundamentos teóricos da política pública às situações observadas em seu cotidiano de implementação. Conforme a perspectiva de Fazenda (2012), a interdisciplinaridade pressupõe uma atitude de diálogo e articulação entre diferentes saberes, permitindo apreender fenômenos complexos a partir de suas múltiplas dimensões. Assim, a pesquisa não considera a assistência social como um fenômeno exclusivamente administrativo ou financeiro, mas como uma política pública que envolve dimensões sociais, educativas, relacionais, territoriais e formativas.

Como procedimento inicial, realizou-se levantamento bibliográfico de produções acadêmicas relacionadas à assistência social, às políticas públicas, ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à Proteção Social Básica, ao PAIF e ao SCFV. Foram considerados livros, artigos científicos, legislações, normativas e documentos institucionais que contribuíram para a construção do referencial teórico e para a compreensão das bases legais e conceituais da política socioassistencial.

Também foi realizada análise documental de registros e informações institucionais relacionados à organização da rede socioassistencial e à oferta dos serviços de Proteção Social Básica no município estudado. Esse procedimento possibilitou identificar aspectos referentes à estrutura dos serviços, organização territorial, público atendido, funcionamento das atividades e desafios relacionados à continuidade das ações. As informações documentais foram utilizadas de forma complementar à observação da

prática, sem exposição de dados pessoais ou informações que permitissem a identificação dos usuários.

Como técnica de produção de informações, utilizou-se a observação participante, considerando a experiência do pesquisador no contexto do serviço socioassistencial. A observação concentrou-se nas dinâmicas de convivência, nas atividades coletivas, nas relações estabelecidas entre profissionais e usuários, nas formas de participação e nas estratégias empregadas para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Para a sistematização das percepções, foram utilizados registros descritivos em diário de campo, posteriormente organizados por eixos temáticos relacionados à participação social, convivência, vínculos, territorialidade, prevenção de situações de risco e desafios institucionais.

Os dados e informações produzidos foram submetidos a uma análise qualitativa e interpretativa, mediante a aproximação entre os registros da experiência, os documentos institucionais e o referencial teórico selecionado. A análise buscou identificar convergências e tensões entre as diretrizes estabelecidas pela política pública e as condições concretas de sua implementação no território. Dessa maneira, a metodologia não pretende generalizar os resultados para outros municípios, mas compreender, a partir da experiência de Conde-PB, como as condições institucionais, territoriais e relacionais interferem na execução da Proteção Social Básica e na efetivação dos objetivos do SCFV.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Política Pública e Assistência Social no Brasil

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) estrutura a assistência social brasileira em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, organizando a oferta de serviços conforme a complexidade das situações atendidas. A consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representou um avanço institucional ao normatizar princípios como universalidade de acesso, gratuidade dos serviços, primazia da responsabilidade estatal e gestão descentralizada com participação social. Tal configuração reafirma a assistência social como direito de cidadania e dever do Estado, superando práticas assistencialistas historicamente marcadas pela fragmentação e pela filantropia.

No âmbito da gestão municipal, o município de Conde-PB é classificado como Porte II no SUAS, considerando seu contingente populacional — aproximadamente entre

20 mil e 50 mil habitantes — e a estrutura instalada da rede socioassistencial. Essa classificação implica responsabilidades ampliadas na oferta de serviços continuados, exigindo planejamento técnico, capacidade administrativa e articulação intersetorial. Atualmente, Conde dispõe de três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e um núcleo do serviço de convivência, demonstrando conformidade formal com as diretrizes nacionais. Contudo, o cofinanciamento federal revela-se insuficiente diante das demandas territoriais, impondo ao município significativa contrapartida financeira para assegurar a manutenção e a qualidade das ações desenvolvidas.

3.2 Proteção Social Básica no SUAS

A Proteção Social Básica possui caráter preventivo, territorializado e comunitário, sendo operacionalizada prioritariamente pelos CRAS, unidades públicas responsáveis pela organização da oferta de serviços socioassistenciais no território. Sua finalidade central consiste em prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da ampliação do acesso a direitos e da promoção da convivência social.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estabelece que esses serviços se destinam a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, da privação de acesso a políticas públicas ou da fragilização de vínculos afetivos e sociais. Essa compreensão dialoga com a análise de Castel (1998), para quem a vulnerabilidade resulta do enfraquecimento progressivo das redes de pertencimento e proteção, processo que pode culminar em desfiliação social. Assim, a atuação preventiva da proteção básica busca intervir antes que situações de precariedade se convertam em violações de direitos.

No contexto de Conde-PB, a Proteção Social Básica assume papel estratégico na organização das ações preventivas, sobretudo em territórios marcados por desigualdades socioeconômicas e diversidade pluricultural. Entretanto, limitações orçamentárias, restrições de recursos humanos e desafios estruturais tensionam a capacidade de resposta do sistema, evidenciando a necessidade de fortalecimento do financiamento público e da gestão integrada.

3.3 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

ISSN: 2358-8829

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui o principal serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo ofertado exclusivamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, seu objetivo consiste em fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promover o acesso aos direitos socioassistenciais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho desenvolvido pelo PAIF fundamenta-se na matricialidade sociofamiliar, princípio que reconhece a família como núcleo central das ações socioassistenciais, sem atribuir a ela, de forma isolada, a responsabilidade pelo enfrentamento das expressões da questão social. Nessa perspectiva, o serviço realiza acolhida, acompanhamento familiar, visitas domiciliares, atendimentos individualizados, ações comunitárias, atividades em grupo e encaminhamentos para a rede intersetorial, buscando fortalecer capacidades protetivas e ampliar o acesso às políticas públicas.

Essa concepção aproxima-se da análise de Robert Castel (1998), ao compreender que a vulnerabilidade social resulta do enfraquecimento das redes de proteção e pertencimento. O acompanhamento continuado das famílias permite identificar precocemente situações de fragilização dos vínculos sociais, possibilitando intervenções preventivas antes que essas condições evoluam para violações de direitos ou para processos de desfiliação social. Dessa forma, o PAIF reafirma o caráter preventivo da Proteção Social Básica, orientando sua atuação para o fortalecimento das relações familiares, comunitárias e territoriais.

Ao mesmo tempo, o trabalho social com famílias desenvolve uma dimensão socioeducativa fundamentada no diálogo, na escuta qualificada e na construção compartilhada de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades. Tal perspectiva aproxima-se da concepção freireana de educação como prática emancipatória, na qual os sujeitos são reconhecidos como protagonistas de sua própria realidade e participantes ativos na construção de soluções para os desafios vivenciados (Freire, 1996). Assim, o acompanhamento familiar não se restringe ao atendimento de demandas imediatas, mas busca fortalecer a autonomia, o protagonismo e a participação cidadã dos usuários.

No município de Conde-PB, o PAIF constitui o eixo estruturador das ações desenvolvidas pelos CRAS, articulando benefícios, programas, serviços e demais

políticas públicas presentes no território. É a partir do acompanhamento realizado pelo serviço que se identificam demandas para inserção de usuários no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), evidenciando a complementaridade entre ambos. Enquanto o PAIF desenvolve o trabalho social continuado com as famílias, o SCFV amplia essa intervenção por meio de atividades coletivas que fortalecem vínculos, promovem a convivência comunitária e contribuem para a prevenção das situações de risco social.

3.4 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Inserido na Proteção Social Básica e organizado por ciclos de vida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) constitui um serviço complementar ao trabalho social realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, tem como finalidade desenvolver ações preventivas voltadas ao fortalecimento das relações familiares e comunitárias, à ampliação da convivência social e à prevenção de situações de risco decorrentes da fragilização de vínculos, da exclusão social e das diferentes formas de violação de direitos. Sua organização por faixas etárias permite que as intervenções sejam planejadas conforme as especificidades do desenvolvimento humano, respeitando as características, necessidades e potencialidades de crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas.

A centralidade do SCFV reside na promoção de espaços coletivos de convivência capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento, estimular a participação comunitária e ampliar as redes de proteção social existentes nos territórios. Diferentemente de uma perspectiva assistencialista voltada apenas ao atendimento de demandas imediatas, o serviço desenvolve ações continuadas que valorizam as experiências de vida dos participantes, o reconhecimento das identidades culturais, a cooperação e a construção de vínculos solidários. Dessa forma, constitui importante estratégia de prevenção das vulnerabilidades sociais, atuando antes que situações de fragilidade familiar ou comunitária evoluam para violações de direitos.

As metodologias adotadas privilegiam práticas participativas, dialógicas e reflexivas, aproximando-se da perspectiva freireana, segundo a qual os processos educativos são construídos na interação crítica entre sujeitos e realidade (Freire, 1996). Oficinas, atividades culturais, práticas esportivas, expressões artísticas, rodas de conversa

e vivências comunitárias deixam de possuir finalidade meramente recreativa para assumir caráter socioeducativo, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e da capacidade de participação dos usuários. Nesse contexto, o conhecimento é produzido coletivamente, valorizando os saberes construídos nas experiências cotidianas e fortalecendo a consciência crítica sobre a realidade social.

A dimensão preventiva do serviço também se aproxima da compreensão de Castel (1998), segundo a qual a vulnerabilidade social resulta do enfraquecimento progressivo das redes de proteção e pertencimento. Ao fortalecer vínculos familiares, comunitários e territoriais, o SCFV atua na prevenção dos processos de desfiliação social, reduzindo fatores que podem conduzir ao isolamento, à exclusão e à violação de direitos. Nessa perspectiva, a convivência deixa de ser compreendida como simples interação social e passa a constituir estratégia pública de proteção, cuidado e promoção da cidadania.

Apesar de sua relevância, os resultados produzidos pelo SCFV nem sempre são imediatamente mensuráveis por indicadores quantitativos tradicionais, o que frequentemente conduz a interpretações reducionistas que associam sua manutenção exclusivamente ao custo financeiro da política pública. Entretanto, seus efeitos manifestam-se sobretudo na dimensão relacional da proteção social, por meio do fortalecimento das redes de pertencimento, da ampliação da participação social, da reconstrução de vínculos familiares e comunitários e da prevenção de situações que poderiam demandar intervenções de maior complexidade no âmbito da Proteção Social Especial. Assim, sua efetividade expressa-se menos pela quantidade de atendimentos realizados e mais pela capacidade de produzir inclusão, autonomia, convivência e fortalecimento da cidadania nos territórios onde está inserido.

4 DISCUSSÃO: DESAFIOS E IMPACTOS DO SCFV NA PRÁTICA

A análise da experiência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Conde-PB evidencia desafios relacionados ao financiamento, à gestão, à sobrecarga das equipes e ao reconhecimento institucional da relevância preventiva do serviço. Enquanto município de Porte II, Conde assume responsabilidades ampliadas na oferta da Proteção Social Básica, enfrentando limitações decorrentes do cofinanciamento insuficiente e da necessidade de contrapartida municipal. Soma-se a isso a dificuldade de mensurar resultados de natureza preventiva e relacional por meio de indicadores

exclusivamente quantitativos, uma vez que seus efeitos se desenvolvem de forma gradual e, muitas vezes, no médio e longo prazo.

Apesar dessas limitações, a experiência observada demonstra impactos significativos no cotidiano dos usuários, expressos no fortalecimento da autoestima, na ampliação da participação comunitária, na redução do isolamento e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sob a perspectiva de Bourdieu (1998), as atividades culturais, educativas e coletivas possibilitam a ampliação de capitais sociais e culturais, criando oportunidades de participação e pertencimento para populações em situação de vulnerabilidade. Embora não eliminem as desigualdades estruturais, tais ações contribuem para ampliar repertórios e redes de sociabilidade.

Os resultados também dialogam com Castel (1998), ao evidenciar que o fortalecimento das redes de proteção e pertencimento constitui importante estratégia de prevenção dos processos de desfiliação social. Em perspectiva complementar, Freire (1996) contribui para compreender os espaços coletivos de convivência como possibilidades de diálogo, participação e construção da autonomia. Assim, os resultados indicam que o SCFV produz efeitos que ultrapassam indicadores imediatos, reafirmando sua dimensão relacional, educativa e preventiva como componente relevante da Proteção Social Básica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que as ações de convivência no âmbito da Proteção Social Básica configuram-se como instrumento estratégico na consolidação da política socioassistencial brasileira. Inseridas na lógica do SUAS, essas intervenções reafirmam a assistência social como direito de cidadania e dever do Estado, deslocando-a de práticas assistencialistas para uma perspectiva estruturante de garantia de direitos.

No município de Conde-PB, mesmo diante de limitações estruturais, restrições orçamentárias e desafios institucionais próprios de municípios de Porte II, observa-se a materialização concreta dos princípios da territorialização, da prevenção e do fortalecimento de vínculos. A experiência empírica evidencia que os impactos produzidos ultrapassam a dimensão imediata e quantitativa, manifestando-se na ampliação da participação social, no fortalecimento da autoestima e na consolidação de redes de pertencimento comunitário.

À luz de Castel (1998), tais resultados revelam a importância da atuação preventiva na contenção de processos de desfiliação social. Dialogam, igualmente, com a perspectiva de Freire (1996), ao evidenciar que práticas coletivas fundamentadas no diálogo e na participação promovem autonomia e consciência crítica. Ademais, ao possibilitar acesso a experiências culturais e redes de sociabilidade, essas ações contribuem para a ampliação de capitais simbólicos e sociais, conforme problematiza Bourdieu (1998), fortalecendo o exercício da cidadania na acepção defendida por Chauí (2000).

Conclui-se, portanto, que a efetividade da política socioassistencial não pode ser aferida exclusivamente por indicadores imediatos ou métricas quantitativas. É necessário reconhecer as transformações relacionais e comunitárias produzidas no cotidiano como dimensões centrais de avaliação. Investir em iniciativas de convivência significa fortalecer a base preventiva da política pública, reafirmar o compromisso estatal com a redução das desigualdades e consolidar a assistência social como instrumento de promoção da cidadania e inclusão social.

6 REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS 2012*. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: CNAS, 2009.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

FAZENDA, I. C. A. (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.